



RELATÓRIO

Campinas, 07 de março de 2019.

Ilmo Sr

Dr Carmino Antonio de Souza

Secretário Municipal de Saúde

Assunto: Relatório Anual de Gestão DGDO 2018

Atendendo aos dispositivos legais estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 141/2.012, Artigo 36, esta Diretoria apresenta, ao Secretário Municipal de Saúde, seu RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG) do exercício de 2018.

I. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ATRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO

A Lei Municipal nº 10.248 de 15 de setembro de 1999, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Campinas e dá outras providências, descreveu, em seu Anexo I, como atribuições do Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde:

- Desenvolver e implementar metodologias de planejamento, avaliação, controle e acompanhamento da gestão da atenção básica e do Sistema de Saúde como um todo, incluindo próprios, prestadores, conveniados e contratados;
- Integrar os sistemas de informações sob gerência da Secretaria com a finalidade de garantir a potencialização dos recursos existente;
- Instrumentalizar a Secretaria com dados que propiciem o planejamento, o acompanhamento e a avaliação permanente dos serviços, programas e projetos, bem como a tomada de decisões, de forma integrada aos demais departamentos e setores da Secretaria.

Na estrutura administrativa discriminada no Anexo II da Lei Municipal nº 10.248 de 15 de setembro de 1999, compõe o DGDO, as seguintes coordenadorias:

- Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC);
- Coordenadoria Setorial de Regulação de Acesso (CSRA) - Lei Complementar nº 66 de 16/04/2014;
- Coordenadoria Setorial de Informática (CSI).

O Decreto nº 20.092 de 26 de novembro de 2018 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Departamento de Auditoria e Regulação do Sistema Único de Saúde – DEAR / SUS da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Campinas delibera sobre o remanejamento da Coordenadoria Setorial de Regulação de Acesso e Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle do Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional para o Departamento de Auditoria e Regulação.

COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES ATUAIS

O corpo técnico do DGDO é composto por equipe multidisciplinar, buscando otimizar e potencializar os diversos saberes, a fim de alcançar efetividade às atribuições conferidas ao Departamento. Assim, reunidos em núcleos atualmente distribuídos, por indicação da Diretoria, possuem as seguintes atribuições:

1. Núcleo de Ajustes Firmados entre a Administração Pública e Prestadores de Serviços – assistenciais e de ensino:

- participar da construção colegiada que envolve representantes do Departamento de Saúde e Departamento de Auditoria e Regulação, buscando convergir a demanda assistencial da saúde e a oferta das entidades do terceiro setor que são conveniadas ao Município, através da Secretaria Municipal de Saúde;
- organizar os processos de formalização, prorrogação, renovação de ajustes e reformulação dos planos de trabalho;
- promover o acompanhamento e avaliação da qualificação da assistência à saúde que será prestada pelas entidades, com ênfase nas políticas de saúde que garantam a universalidade de acesso, integralidade da assistência e resolutividade;
- participar do planejamento, execução e avaliação da programação de saúde do serviço sob sua responsabilidade, bem como àquelas referentes ao modelo de atenção à saúde do município de Campinas e região, refletindo sob sua inserção nesse sistema, atento aos indicadores pactuados no Plano Municipal de Saúde e Plano Pluri-Anual;
- participar na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde, na análise dos relatórios elaborados pelos órgãos de controle interno (Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle, Coordenadoria Setorial de Regulação de Acesso, Fundo Municipal de Saúde), e na avaliação das queixas dos usuários através das ouvidorias, 156 e relatos das unidades de saúde;
- participar dos espaços colegiados de discussão da SMS, assim as Câmaras Técnicas; Comissão Gestora Técnico Assistencial, Comissão de Acompanhamento dos ajustes, Controle social, demais grupos técnicos e reuniões técnicas com as entidades conveniadas;
- elaborar prestação de contas técnico assistencial das atividades desenvolvidas através do Relatório Anual de Gestão (RAG) e o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), instrumentos de monitoramento e acompanhamento quadrimestral da execução do ajuste;

- agrupar as informações produzidas pelo DGDO e advindas do Fundo Municipal de Saúde e Departamento de Prestação de Contas para envio da prestação de contas anual junto ao Tribunal de Contas do Estado;
- elaborar pareceres e manifestações aos órgãos de controle externo sempre que demandado: Ministério Público, Tribunal de Contas e outros.

2. Núcleo de Convênios Governamentais:

- participar do planejamento e formulação dos planos de trabalho, bem como gerenciamento de propostas e projetos para captação de recursos federais e estaduais seja através de emendas parlamentares ou programas governamentais;
- acompanhar a inserção de propostas junto ao Fundo Nacional de Saúde;
- encaminhar para abertura e acompanhamento dos processos licitatórios com monitoramento da execução de itens financiados com recursos Federais e Estaduais;
- elaborar relatórios de Gestão;
- subsidiar e acompanhar as auditorias internas (Gestão e Controle) e externas na verificação “in loco” (Tribunal de Contas, DICON-MS, CGU, SES, DENASUS com relação aos recursos repassados e execução dos processos;
- realizar interface com os Órgãos Governamentais e de Controle (Ministério Público, DICON/MS, DENASUS, Conselhos de Saúde e demais conselhos, Fundo Nacional de Saúde, Secretaria Estadual) relacionado a recursos e convênios governamentais;
- agregar informações para subsidiar na elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Indicadores de Metas do Governo referente aos investimentos relacionados a repasses de recursos externos;
- articular e acompanhar com demais secretarias a regularização das áreas onde estão localizadas os Serviços de Saúde do município;
- realizar captação de áreas com desencadeamento do processo de regularização de novas áreas para construção de serviços de saúde;
- organizar os processos de renovação de convênios e reformulação dos planos de trabalho;
- prestar contas dos convênios em conjunto com o Fundo Municipal de Saúde;
- acompanhar a execução dos processos junto a Vigilância Sanitária para adequação e posterior aprovação dos projetos arquitetônicos de acordo com Legislação Sanitária vigente – LTA;
- realizar interface com Secretaria de Gestão e Controle, Diretoria de Saúde e Distritos de Saúde para processos relativos a contrapartida de empreendimentos imobiliários – Grupo GAPE;
- realizar organização documental visando a regularização dos imóveis próprios da Rede Municipal de Saúde;
- alimentar o Sistema de Monitoramento Interno, garantindo assim a qualidade das informações para consumo interno e transparência das ações executadas.

3. Controladoria Financeira

- lançar no sistema informatizado informações sobre os novos ajustes, aditamentos e apostilamentos;
- controlar as dotações orçamentárias, saldos dos empenhos e valores enviados aos FMS por fonte de recursos vinculados aos ajustes firmados pelo DGDO;
- lançar nos protocolos (processos) as solicitações de dotação, elaborações de empenhos, cancelamentos de saldos de empenhos e transferências de saldos;
- fazer levantamento periódico dos depósitos e elaborar planilhas demonstrativas de valores pagos dos ajustes firmados pelo DGDO;
- conferir os relatórios de pagamento disponibilizados pelos coordenadores dos ajustes, elaborar as autorizações de pagamento e realizar o lançamento das informações em sistema informatizado dos valores pagos e datas do depósito;
- incluir os documentos comprobatórios dos pagamentos;
- controlar o lançamento recebido e enviado para a tesouraria do Fundo Municipal;
- conferir as notas fiscais e imposto a recolher dos contratos vinculados da SMS com a IMA, negociar datas para pagamentos junto a SMF, realizar o lançamento no sistema dos pagamentos e acompanhamento dos processos;
- responder junto ao Deinfo por toda parte financeira relacionada aos contratos IMA e negociar saldos de contratos junto às outras secretárias da PMC;
- controlar os impostos ISS e GPS da IMA recolhidos pela PMC;
- controlar os prazos para elaboração das licitações dos contratos IMA.

4. Núcleo de Orçamento, Planejamento e Relações Interfederativas:

- fomentar os processos de monitoramento e apresentação de informações, relatórios de gestão para os diversos órgãos de controle externo, bem como a coordenação e monitoramento do Processo ascendente de Planejamento e Orçamento da SMS;
- alimentar os sistemas de controle externo:
 - * SargSUS – Relatório Anual de Gestão (RAG) e dos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RQDA),
 - * Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) – junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP),
 - * Indicadores de Monitoramento do TCESP,
 - * Indicadores de pactuação regional,
 - * SIS PACTO,
 - * PPA – Sistema Elo do TCESP/SIM,
 - * LDO – Organização, coordenação e inserção no sistema Elo/ SIM de todo o desenho da Lei de Diretrizes Orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde,
 - * LOA - Organização, coordenação e inserção dos valores da Lei Orçamentária Anual das Ações,
 - * IMG,
 - * Cidades Sustentáveis;

- coordenar o Núcleo de Planejamento e Orçamento da SMS que possui uma agenda de encontros periódicos para Avaliação, Monitoramento e reorientação das ações, atividades, indicadores e metas da Programação Anual de Saúde (PAS);
- coordenar o Monitoramento, avaliação e controle do Planejamento da SMS com a elaboração dos RDQA e RAG, bem como suas respectivas apresentações nas audiências Públicas junto a Câmara de Vereadores de Campinas e no Conselho Municipal de Saúde (reuniões do Conselho Fiscal, da executiva e do Pleno);
- elaborar e coordenar o Mapa de Saúde de Campinas e Região que antecede a elaboração do Plano Municipal de Saúde para o quadriênio;
- elaborar e coordenar o Plano Municipal de Saúde para o quadriênio;
- organizar as matrizes em plataforma livre para o controle, monitoramento, avaliação e planejamento ascendente da PAS junto aos Centros de Saúde, Serviços de Especialidades e Serviços de Saúde Mental;
- matricular o Gabinete do Secretário e Departamento de Saúde na organização dos Relatório Anual de Gestão e Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior;
- contribuir na organização de oficinas da SMS para monitoramento, avaliação e re-planejamento das ações/ atividades / indicadores e metas da SMS visando alcançar os objetivos propostos pela Gestão Municipal do SUS;
- elaborar análise de indicadores de saúde;
- realizar interface com a DRS VII e Secretaria Estadual de Saúde, contribuindo na formulação de políticas públicas e pactuações regionais visando a construção de redes de atenção a saúde sustentáveis;
- protagonizar a representação de suplência do secretário de saúde do município no âmbito regional tanto na instância colegiada da Comissão Intergestora Regional (CIR) como na Câmara Temática da Região Metropolitana de Campinas em reuniões ordinárias mensais sob coordenação da SES SP / DRS VII. O colegiado de gestão regional é apoiado por câmaras técnicas permanentes com a finalidade de subsidiar a CIR com informações e análises relevantes;
- fomentar o protagonismo municipal e de fortalecimento das relações de interdependência e corresponsabilidade sanitária entre os entes estadual e municipais contribuindo na formulação de políticas públicas de saúde que contemplem a necessidade do município e da região;
- participar da construção de um planejamento regional a partir dos planejamentos dos 19 municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas para posterior integração com o planejamento da RRAS 15 totalizando 61 municípios (CIT 37 e Deliberação CIB SP 63)
- participar da elaboração do Mapa de Saúde da RMC para posterior integração com o Mapa de Saúde da DRS São João da Boa Vista, formando o Mapa da RRAS 15;
- participar da pactuação regional dos indicadores do SIS PACTO;
- participar dos Grupos de Trabalho para construção, monitoramento e atualizações dos Planos de Ação das Redes Temáticas, articulação de discussões temáticas e capacitações nos principais temas sinalizados pelos gestores municipais; fomento de reuniões periódicas entre profissionais dos municípios e da regional por área técnica (Atenção Básica, Atenção Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade, Assistência Farmacêutica, Vigilância Epidemiológica).

5. Assessoria departamental: administrativa e jurídica:

- realizar assessoria a diretora e coordenadores dos ajustes;
- contribuir na interface com os demais departamentos.

Permanece vinculada ao DGDO a **Coordenadoria Setorial de Informática**, sendo responsável por:

- garantir a disseminação e democratização das informações geradas pela Secretaria Municipal de Saúde, ressaltando-se os aspectos relacionados à transparência e à apropriação pelos gestores locais, distritais e municipais, profissionais de saúde e pela comunidade em que se encontra inserida;
- fornecer suporte aos gestores na administração em seus diversos níveis (local, distrital e municipal), sendo estratégia essencial nos processos de decisão e definição de ações da instituição;
- contribuir na realização das missões e objetivos globais da instituição, com a divulgação das atividades realizadas e informação destinada aos profissionais de saúde atuantes no município, aos integrantes das entidades de Controle Social, aos organismos com os quais se integra e a comunidade onde se encontra inserida.

Atividade	Tarefas
CNES	Recepção de fichas
	Digitação no sistema CNES
	Consolidação das informações e análise de relatórios
Contratos TI	Acompanhamento dos contratos TI
	Acompanhamento de portarias
Produção	Acompanhamento do cadastro de pacientes
	Acompanhamento do cadastro de profissionais do CNES
	Orientações do registro da produção dentro do sistema de informação
	Orientação sobre FPO

	Acompanhamento dos procedimentos de monitoramento da UPA
	Monitoramento da produção
	Envio da produção para faturamento
Portal	Manutenção de páginas das unidades da Rede Mário Gatti – SAMU, PAs Anchieta, São José, Campo Grande e CHPEO – inclui informações gerais sobre as unidades (endereço, telefone, mail, serviços, profissionais, etc., notícias relacionadas à área (fluxo relevante relacionado ao SAMU).

II. AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2018 E PROPOSTAS PARA 2019

1. AJUSTES ASSISTENCIAIS

Entidade	Responsável Técnico	Ações Desenvolvidas 2018	Proposta 2019
APAE	Paula e Shirley	Renovação do convenio Eletoencefalograma não atinge meta de produção. Demanda reprimida de neuropediatria importante	Repactuar com o DS para os pediatras fazerem o pedido do eletroencefalograma para qualificar a lista de espera de neuropediatria.
APASCAMP	Paula e Shirley	Renovação do convênio .	Ampliar as ações desenvolvidas visando atender as necessidades do Projeto Starkey (projeto com a Fundação Starkey para aparelhos auditivos - 185 pacientes)
Beneficencia	Osmarina, Thais e Simone	Solicitação de documentos para aditamento: ajuste de metas Pactuanda habilitação de leitos de longa permanencia. Oftalmo - checar o contrato de emprestimo que tem como garantia esta area uma vez que está sendo zerada.	Formalização do Aditamento Prever alteração da RUE referente aos 15 leitos de retaguarda e os 15 leitos de longa permanência.
Candido Ferreira	Simone, Thais e Osmarina	Formalização de aditamento Instituida a contratualização com indicadores e metas. Convenios anteriores judicializados. Estudo de viabilidade de chamamento da Saude Mental encerrado.	Negociar a equiparação de necessidade de informatização dos CAPS próprios e CAPS terceirizados.
Casa da Criança Paralitica	Paula e Shirley	Oficina de cadeira de rodas - manutenção de equipamentos.	Manutenção das atividades desenvolvidas.
Penido Burnier	Marisa	Repactuação de FPO e plano de trabalho Termina o convenio em Fevereiro 2019. Ajustes do CNES pendentes. Grande demanda para retina.	Formalização de novo convênio
Fundação Pio XII	Camila, Eliana e Stefane	Início do convênio em setembro de 2018. Entidade apresenta muitas dificuldades no cumprimento das cláusulas e metas conveniais, em especial prestação de contas assistencial e contábil financeira.	Solicitado aditamento para revisão do plano de trabalho. Rever objeto. Rediscutir questões da ressonancia magnetica nuclear disponibilizada: não faz de mama, não faz contrastado, restrito a sexo e faixa etária. Demanda reprimida de 4000 solicitações na fila.
Sindrome de Down	Paula e Shirley	Recebeu duas emendas parlamentares (150.000 equipamentos - no DA e 150.000 custeio para simposio internacional - com parecer negativo do SMAJ) Solicitada a mudança na forma do repasse de produção para per capita. Dificuldades no acesso ao serviço. Discordância do DS nos critérios adotados no plano de trabalho.	Negociar mudança do objeto da emenda de custeio. Proposta de formalização de novo ajuste utilizando a contratualização parcial e elaboração conjunta com DS.
Grupo Vida	Paula e Shirley	Avanços na qualificação do convenio. Conseguiu licença de funcionamento junto a vigilância, certidões ok, fez alterações na infra-estrutura. Dificuldades na relação com gestores do centro de referencia e coordenador da area no DS.	Prorrogação do convenio sem alteração do objeto. Estruturar CNES Qualificar Projeto Terapêutico Singular. Repactuação junto ao DS.
		Formalização de TAC visando superar pendencias do	

Irmandade	Thais, Osmarina e Simone	convenio findo de 2015, oferta de mais dois leitos de clinica Pendências financeiro contabil do convenio vigente (2016 e 2017). Leitos de queimados habilitados no ministério mas sem recursos financeiros vinculados. Oferta de 25 leitos de retaguarda de Clinica Médica.	Superar as pendências identificadas. Aditamento para ampliação da oferta. Revisar e formalizar o numero de leitos na RUE no primeiro trimestre. Efetuar estudo sobre a necessidade de leitos de isolamento e soluções.
Maternidade	Shirley e Paula	Repactuação do Plano de Trabalho pelo não cumprimento de metas. Problemas de morte materna por negativa de acesso. Perda da habilitação de leitos GAR. Dificuldade acesso para crianças externas na UTI Neo	Ampliar acesso para area de cirurgia ginecologica. Qualificação do acesso na porta e referenciamento da rede. Pactuar revisão de protocolos.
Padre Haroldo	Simone, Thais e Osmarina	Relatório da regulação e CAC mostrando baixa participação das mães nas atividades terapeuticas.	Efetuar estudo de viabilidade para habilitar a unidade como casa de gestante. Qualificar as ações desenvolvidas.
PUCC	Ricardo e Marisa	Aditamento realizado. Vence em 31/01/19. Solicitação de financiamento da SES para cirurgia cardiaca adulto (R\$ 5mi). Demanda de casos judicializados para serem executados na PUCC.	Formalizar o aditamento. Efetuar estudo de judicialização e soluções.
CHPEO	Stefane, Eliana e Camila	Em processo de reestruturação, mantendo dificuldade ao acesso dos usuários e resolutividade. Ambulatório bastante desfalcado com oferta zerada em várias áreas. Pendências na prestação de convenios entre a SES/PMC, comprometendo a liberação de novos recursos.	Elaboração de plano de trabalho e ajustes com jurídico para a Rede Mario Gatti. Reaproximação e qualificação da relação DGDO CHPEO. Liberação das pendências de convenios SES para viabilizar novos convenios.
HMMG	Eliana, Stefane e Camila	Descompasso na avaliação das metas e indicadores sanados. Aproximação e qualificação da relação DGDO HMMG	Elaboração de plano de trabalho e ajuste com jurídico para a Rede Mario Gatti. Aprofundar a qualificação da relação DGDO HMMG

Convênios Assistenciais	Ações Desenvolvidas 2018	Proposta 2019
Comissão Gestora	Retomada das reuniões com a participação de representantes do DS	Qualificação das discussões.
Comissão de Acompanhamento	Ocorreram de forma heterogênea nos diversos ajustes: - HMCP: presença representantes DGDO, DS, CMS e serviço; - Penido: não ocorreram; - Mário Gatti: presença representantes DGDO, DS e serviço; - CHPEO e Hospital de Amor: não ocorreram; - APAE, APSCAMP, Casa da Criança Paraplégica, FSD e Grupo Vida: presença representantes DGDO, DS (eventualmente) e serviço; - Maternidade: presença representantes DGDO, DS e serviço; - Beneficência e Irmandade: presença representantes DGDO e serviço; - Candido Ferreira: presença representante DGDO, CMS (eventual) e serviço; - Padre Haroldo: presença representante DGDO, DS e serviço;	Repactuar junto ao DS e CMS participação e respectiva adequação nos ajustes jurídicos pois os mesmos prevêem a participação de tais instâncias. Publicar em DO a composição das Comissões.
Pestalozzi	Encaminhou proposta para formalização de convenio. Solicitado ao DS indicação da FPO para formalização do ajuste.	Formalização de convênio para oferta de assistência a múltiplas deficiências.

2. DEMAIS NÚCLEOS

Áreas/Eixos/Outros	Responsáveis	Ações Desenvolvidas 2018	Proposta 2019
Orçamento e Planejamento	Sheila, Moacyr e Ercília	Elaboração do Plano Municipal de Saúde RDQA/RAG 2018 - qualificação da operação e critica dos resultados da AB. Discussão de produtividade da AB com base nos dados RDQA. Utilização da metodologia LEAN para avaliação de alguns processos. Contribuição na qualificação dos processos de planejamento em outros departamentos. Evolução do projeto ICSAP para projeto Alta Articulada LOA - diminuição orçamentária utilizando-se de parâmetros de 2016 Elaboração de Matriz de Acompanhamento do Financiamento Alimentação dos sistemas de monitoramento - SISPACTO, IBGE, TCE, SARGSUS, SIOPS (Fundo) Vários sistemas do MS com problemas de desenvolvimento	Publicação do Mapa da Saúde Estudo dos recursos MAC Aprofundar a relação com IMA/SMS Realizar discussão RDQA DGDO 3o RDQA até 15 FEV 18.
Relação Interfederativa (MS,		Projeto BID em plena execução Elaboração da proposta do Complexo Regulador Regional	Sustentação ao Complexo Regulador Regional Publicação do Teto MAC e Cardiologia

SES, DRS, CR)		Reavaliação do Teto da Oncologia Estudo da PPI e Redes	Reavaliação do Teto IMA e Cardiologia
Controladoria Financeira	Eliane, Patrícia e Fátima	Descentralização das atribuições da área da Controladoria Financeira: incorporação da Fátima e Patrícia no processo. Reorganização da gestão do contrato IMA: Eliane centralizando a responsabilidade.	Publicar a nomeação de Eliane como gestora contrato IMA e Leonel (CII), Marcelo (DGTES), Juliana (DEVISA) e Hélio (Disque Saúde) como fiscais de contrato em conformidade com o Decreto 20.083 de 14 de novembro de 2018
Convênios Governamentais	Samuel	Projeto BID Emendas parlamentares	
Convênios de Ensino	Camila Prada	Formalização do Convênio Mandic - 100% eletrônico Elaboração de Termo de Referência para chamamento público, aguarda manifestação CETS para finalização Adequação do programa de residência multidisciplinar a nova realidade do CHPEO: falta de preceptor/falta de perspectiva dos profissionais. Publicado edital da residência multiprofissional para 2019 Inserção do Distrito no planejamento da residência multiprofissional integrado com CETS e DGDO	Estabelecer o monitoramento do convênio Mandic Formalizar os ajustes com as instituições de ensino que utilizam os serviços SUS como campo de prática. Pactuação junto ao MS para que a residência multiprofissional fique no âmbito da SMS
CII	Leonel	16 unidades com infraestrutura para PEC Ganho de informação de produtividade de 500% CNES alteração do sistema - pactuado com a DEVISA para checar se número de leitos conveniado está em conformidade com os dados apresentados ao MS no CNES Mudança da CII - adequação de acessibilidade do prédio em andamento. Desenvolvimento do BI da Produção e Portarias	Infraestrutura instalada com folga de 60 máquinas 100% de UBS em infraestrutura (Hardware) para PEC Redução do contrato de digitação Adequação ao novo CNES Fazer a gestão dos leitos do CNES das unidades com base nos relatórios da DEVISA
CSRA	Denise	Publicação do Decreto de Criação do DEAR: CSRA e CSAC (CSAPTA) passam ao DEAR Linhas de cuidado da Oncologia e Cardiologia Aproximação da Regulação e Coordenação da Câmara Técnica de Especialidades e redefinição de atribuições e papéis Avanços na relação com SAMU e urgência Aproximação com a DRS7 Grande nó de superlotação de neonatologia, saúde mental Estrangulamento no acesso à área ambulatorial com agudização de quadros e judicialização do tratamento. Restrição de leitos clínicos no município (CHPEO e HMMG).	Repactuação junto aos prestadores para as linhas de cuidado da TRS Integração da média complexidade com a regulação.(dependente de aumento de equipe) Ampliar a atuação na regulação de cirurgias eletivas.(dependente de aumento de equipe) CROSS Regional - dependendo da intenção do novo governo Encaminhar ao DS discussão para qualificação do pré-natal e na Câmara Técnica de Saúde Mental estratégias de readequação das ações desenvolvidas nos CAPES (taxa de ocupação).
Implantação do SEI	Moacyr	Formalização e acompanhamento de convênios 100% eletrônico: Hospital de Amor, APAE, APASCAMP, Grupo Vida, São Leopoldo Mudança no processo de assinatura de documentos Cadastramento dos usuários externos: comunicação com as Entidades via SEI, redução expressiva na utilização do malote e consumo de papel.	Estabelecer o Fluxo Padrão de Formalização e Acompanhamento Ajustes, Prestação de Contas e Autorização de Pagamento no SEI Prestação de Contas ao TCESP 100% no SEI Autorizações de Pagamento 100% no SEI
Gestão de Recursos Humanos	Érika e Fátima	Adequação do Centro de Custo dos trabalhadores: Composição da equipe: - entre 2017 e 2018 tivemos a saída dos seguintes servidores: Ivanilde, Zeliete, Wladimir, Edilson, Regina, Luis Bier, Mario, Ana Cláudia, Kennia e Sandra - até o momento conseguimos a reposição dos seguintes: Camila Prada, Camila Couto, Samuel, Patrícia, Thaís, Shirley	

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Entidade	Fonte de Recurso	Teto Mensal	Teto Anual	Total Liquidado
APAE	Federal	R\$ 304.906,00	R\$ 3.658.872,00	R\$ 2.134.342,00
APASCAMP	Federal	R\$ 56.394,39	R\$ 676.732,68	R\$ 451.155,12
Beneficencia	Municipal	R\$ 378.000,00	R\$ 4.536.000,00	R\$ 4.162.000,00
	Federal	R\$ 948.957,01	R\$ 11.387.484,12	R\$ 7.175.635,84
Candido Ferreira	Municipal	R\$ 3.587.000,00	R\$ 43.044.000,00	R\$ 43.043.520,70
	Federal	R\$ 2.323.000,00	R\$ 27.876.000,00	R\$ 27.871.636,85
Casa da Criança Paralítica	Federal	R\$ 55.754,90	R\$ 669.058,80	R\$ 638.384,89

Penido Burnier	Federal	R\$ 147.617,12	R\$ 1.771.405,44	R\$ 1.743.927,25
Fundação Pio XII	Federal	R\$ 299.599,35	R\$ 3.595.192,20	R\$ 705.491,44
Síndrome de Down	Federal	R\$ 114.565,12	R\$ 1.374.781,44	R\$ 1.363.077,34
Grupo Vida	Federal	R\$ 17.500,00	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00
	Municipal	R\$ 75.137,60	R\$ 901.651,20	R\$ 652.826,62
Irmandade	Municipal	R\$ 556.500,00	R\$ 6.678.000,00	R\$ 5.994.425,55
	Federal	R\$ 617.100,00	R\$ 7.405.200,00	R\$ 5.065.726,90
Maternidade	Municipal	R\$ 324.977,85	R\$ 3.899.734,20	R\$ 3.521.102,96
	Federal	R\$ 3.249.778,54	R\$ 38.997.342,48	R\$ 35.092.515,46
Padre Haroldo	Municipal	R\$ 111.355,97	R\$ 1.336.271,64	R\$ 1.334.044,88
PUCC	Municipal	R\$ 2.826.353,79	R\$ 33.916.245,48	R\$ 38.755.319,16
	Federal	R\$ 8.373.646,21	R\$ 100.483.754,52	R\$ 93.762.069,90
CHPEO	Municipal	R\$ 3.719.677,71	R\$ 44.636.132,52	R\$ 49.589.893,14
	Federal	R\$ 5.437.351,34	R\$ 65.248.216,08	R\$ 59.817.109,07
	Estadual	R\$ 2.500.000,00	R\$ 30.000.000,00	R\$ 29.207.358,16
HMMG	Municipal	R\$ 350.000,00	R\$ 4.200.000,00	R\$ 0,00
	Federal	R\$ 3.496.667,20	R\$ 41.960.006,40	R\$ 35.785.191,19
Fonte de Recurso		Teto Mensal	Teto Anual	Total Anual Liquidado
Recurso Federal		R\$ 25.442.837,18	R\$ 305.314.046,16	R\$ 271.816.263,25
Recurso Estadual		R\$ 2.500.000,00	R\$ 30.000.000,00	R\$ 29.207.358,16
Recurso Municipal		R\$ 11.929.002,92	R\$ 143.148.035,04	R\$ 147.053.133,01
TOTAL		R\$ 39.871.840,10	R\$ 478.462.081,20	R\$ 448.076.754,42

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação do Decreto que dispõe sobre a criação do Departamento de Auditoria e Regulação contribui para uma melhor adequação dos processos do Departamento, assegurando maior legitimidade às Coordenadorias responsáveis pelos processos de auditoria, fiscalização e regulação de acesso aos serviços.

O Departamento de Gestão e Desenvolvimento Organizacional de forma sistematizada e ordenada vem buscando a qualificação dos processos de trabalho e no exercício de 2018 ampliou sua atuação de forma colegiada especialmente com os Departamentos de Saúde, Fundo Municipal de Saúde e Vigilância à Saúde.

Neste exercício, o Departamento executou o montante de **RS 448.076.754,42, sendo 32,8% de recursos advindos de fonte municipal, 6,5% de fonte estadual e 60,7% de fonte federal.**

Atenciosamente



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA CRISTINA JACOB GUIMARAES**,
Diretor(a) de Departamento, em 07/03/2019, às 13:34, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **1284651** e o código CRC **366EE7F7**.